



GT 052. Política indígena na política não indígena: Experiências de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais.

Luís Roberto de Paula (Universidade Federal do ABC) - Coordenador/a, Ricardo Verdum (Museu Nacional) - Coordenador/a

Apesar da participação indígena em processos eleitorais possuir uma longa e intensa trajetória histórica no país, quando o tema vem à baila, normalmente nos lembramos somente do mandato de deputado federal do xavante Mário Juruna na década de 80. Já tivemos e temos atualmente dezenas de prefeitos, vices e vereadores indígenas com mandatos efetivamente conquistados, espalhados pelos quatro cantos do país, além de uma candidatura indígena à vice-presidência da República. Na contramão de um fenômeno que se torna mais intenso e visível a opinião pública, são ainda raras as pesquisas no campo da etnologia indígena, e mesmo das ciências sociais de modo geral, que tenham como objeto privilegiado de análise a relação entre povos indígenas e processos eleitorais no Brasil. Esse GT busca aglutinar pesquisadores que já tenham produzido investigações sobre essa temática, bem como aqueles que estejam em processo de pesquisa, e que se interessem em apresentar seus primeiros resultados. São bem-vindos pesquisadores de todas as filiações disciplinares, já que um dos objetivos dessa proposta é a de propiciar um debate multidisciplinar, fazendo jus à própria natureza epistemológica do objeto investigado. Será dada ainda especial atenção à inclusão no GT de propostas advindas de pesquisadores indígenas dedicados ao tema, bem como de indígenas que tenham ou estejam ocupando mandatos nos poderes executivo ou legislativo municipais.

Políticas e(m) Terra Indígena: São Gabriel da Cachoeira e seus prefeitos indígenas

Autoria: Aline Fonseca Iubel

Início apresentação com uma análise histórica das candidaturas indígenas aos cargos de prefeito e vice-prefeito em São Gabriel da Cachoeira, município localizado no noroeste amazônico cujo território é 80% formado por Terras Indígenas demarcadas. Desde o fim do regime militar e, mais intensamente, nos anos 1990 e 2000, parte da população indígena local tem criado diferentes instâncias visando promover o debate a respeito de noções como cidadania e direitos eleitorais. Uma das faces destes debates é o progressivo aumento da participação de indígenas como candidatos nos pleitos municipais (mas também estaduais e federais). Em 2008 foi eleita a primeira chapa composta por prefeito e vice-prefeito indígenas. Esta chapa era composta por indígenas de etnias diferentes e foi fruto de alianças complexas, que extrapolam limites supostos pela política partidária. A compreensão dessas alianças (e do rompimento das mesmas) exige trazer à luz tanto elementos da história e da mitologia local quanto da organização social rionegrina. As reflexões que desenvolvo também buscam relacionar as figuras eleitas naquele momento a algumas das expectativas do movimento indígena, forte agente político na região desde o final dos anos 1970. Nas eleições municipais de 2016, novamente uma chapa inteiramente indígena foi eleita. Desta vez, composta por dois indígenas da mesma etnia. No entanto, se, em 2008 ensaiavam-se tentativas de diálogo entre movimento indígena e política eleitoral/municipal, em 2016, os candidatos eleitos dedicaram parte de sua campanha a críticas ao movimento indígena, aos órgãos indigenistas e às ONGs. Uma das principais promessas de campanha era o desenvolvimento de projetos de mineração na região. Ao final do work, busco refletir sobre alguns dos significados do que seja "política indígena" e das relações entre esta e noções como terra e desenvolvimento, a partir dos contrastes entre, de um lado, as conexões que prefeito e vice-prefeito vêm estabelecendo dentro e fora do município (com políticos e setores estatais pró-mineração), e, de outro lado, algumas das reações de parte da população, de lideranças e do movimento indígena regional contrárias à empreitada mineradora.



Realização:



Apoio:



Organização:

